



## DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Isabella Tolentino Prates<sup>1</sup>; Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo se trata de um recorte de pesquisa e aborda as repercussões da Resolução CNE/CP nº 2/2019 no contexto educacional brasileiro. Considera-se que a referida Resolução, trouxe consigo várias implicações para a formação docente no Brasil, uma vez que ela alterou a legislação anterior, a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que regulamentava as Licenciaturas em território nacional. Para desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológico a revisão sistemática de literatura, sendo a análise permeada pela abordagem da Pedagogia Histórico-Crítica. Os resultados demonstram que a aprovação da Resolução desencadeou o processo de agravamento da desvalorização do profissional do Magistério, com a ausência de articulação entre a valorização profissional e os preceitos formativos, falta de conjugação entre formação inicial e continuada e centralização da formação docente em competências.

**Palavras-Chave:** Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação de professores. Políticas Públicas Educacionais.

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta, inicialmente, o cenário das políticas públicas educacionais a partir da década de 1990, até a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2019, bem como uma análise acerca dos seus impactos no contexto educacional

<sup>1</sup> Pós-graduada em Didática do Ensino Superior e Educação a Distância. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGE/Unimontes). Pertence ao Grupo de Pesquisa em Educação – GEPEd. E-mail: [isabellatolentinoprates@gmail.com](mailto:isabellatolentinoprates@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação FaE/UFMG. Mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGE/Unimontes). Pertence ao Grupo de Pesquisa em Educação – GEPEd E-mail: [shirley.almeida@unimontes.br](mailto:shirley.almeida@unimontes.br).

brasileiro. Aprovada pela necessidade de adequação das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Resolução CNE/CP nº 2/2019 substituiu a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e definiu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFP) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC–Formação).

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujo método de investigação constituiu-se pela revisão sistemática de literatura. Assim, delineou-se o percurso histórico das políticas públicas educacionais para a formação de professores nas últimas três décadas no Brasil, o qual culminou com a Resolução CNE/CP nº 2/2019; como também realizou-se o levantamento de pesquisas que apontavam para uma análise da Resolução em pauta, para a coleta e síntese das informações acerca das suas repercussões no contexto educacional brasileiro.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

A problematização da proposta curricular advinda a partir da aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2019 se deu à luz dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica. Essa perspectiva abarca a concepção de educação mediante o movimento histórico da sociedade, considerando que a mesma está organizada a partir do modo de produção capitalista. Depreende-se que nesse tipo de organização social existem duas classes de interesse antagônicas, a classe dominante, detentora dos meios de produção e a classe explorada, detentora da força de trabalho. Sendo assim, leva-se em consideração os interesses das classes menos favorecidas, vinculando educação e sociedade com o propósito de transformar a sociedade qualitativamente. São autores que discutem acerca dos preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2011; 2012; 2014; 2020), Duarte (2018), Zank e Malanchen (2020), Zuck e Bortoloto (2016), Gama e Prates (2020), Santos e Orso (2020) e Lavoura e Ramos (2020).

## **4. ANÁLISE DOS DADOS**

A atual conjuntura indica o avanço do projeto neoliberal no sistema educacional brasileiro. Com efeito, testemunhamos a implementação de uma série de medidas que servem para atender a expansão do mercado e, no caso das políticas públicas educacionais podemos citar a Resolução CNE/CP Nº 2/2019.

A aprovação dessa Resolução desencadeou o processo de agravamento da desvalorização do profissional do Magistério, com a ausência de articulação entre a valorização profissional e os preceitos formativos, a falta de conjugação entre formação inicial e continuada e a centralização da formação docente em competências. Conjectura-se o seu escopo de preparar profissionais flexíveis, capazes de buscar por livre iniciativa a sua adequação ao mundo do trabalho, levando-se em conta as rápidas transformações sociais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se que a problematização da Resolução CNE/CP Nº 2/2019, a qual define as diretrizes curriculares para as Licenciaturas de todo país, torna-se fundamental à medida que possibilita desvelar a concepção de educação que a subjaz e, conseqüentemente, qual tipo de sociedade pretende refletir.

Nesse sentido, depreendeu-se que as DCNFP reproduzem a pedagogia das competências, a qual caracterizou as políticas públicas educacionais dos anos 1990, amplamente criticada pelo seu viés pragmático. O processo de formação docente, centrado no desenvolvimento de competências, desvela seu sentido calcado a partir dos interesses do mercado, objetivando produzir um profissional prático, de baixo custo. Afasta-se, assim, da formação do professor os conteúdos necessários para a sua compreensão crítica da realidade.

## **6. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jul. 2015.

DUARTE, Newton. O Currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 139–145, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2018v2n11.39568.

GAMA, Carolina Nozella; PRATES, Ailton Cotrim. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular [livro eletrônico]. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte (Org.). **Currículo e trato com o conhecimento**: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica e da abordagem crítico-superadora. Campinas, Autores Associados, 2020, p.136-178.

LAVOURA, Tiago Nicola; RAMOS, Marise Nogueira. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular [livro eletrônico]. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte (Org.). **A dialética como fundamento didático da pedagogia histórico-crítica em contraposição ao pragmatismo das pedagogias hegemônicas**. Campinas, Autores Associados, 2020, p. 83-108.

SANTOS, Silvia Alves dos; ORSO, Paulino José. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular [livro eletrônico]. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte (Org.). **Base Nacional Comum Curricular – uma base sem base**: o ataque à escola pública. Campinas, Autores Associados, 2020, p. 267-296.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas, Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia histórico-crítica**. Conferência realizada no Centro Regional de Professores do Norte, Rivera, Uruguai, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: KRAWCZYK, Nora. (Org.). **Escola pública**: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas: FE/UNICAMP; Uberlândia: Navegando, 2018, p. 23-32.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular [livro eletrônico]. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte (Org.). **Educação escolar, currículo e sociedade**: o problema da base nacional comum curricular. Campinas, Autores Associados, 2020, p. 18-57.

ZANK, Debora Cristine Trindade; MALANCHEN, Julia. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular [livro eletrônico]. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte (Org.). **A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e o retorno da pedagogia das competências**: uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2020, p. 218-266.

ZUCK, Débora Villetti; BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. **A didática crítica na formação docente**: fundamentos teórico-metodológicos, relevância político-pedagógica e contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. X Seminário Nacional do HISTEDBR, UNICAMP, 2016. Disponível: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1081-2721-1-pb.pdf> >.